

Investimento direto estrangeiro e a capacidade produtiva de países Latino-Americanos

Foreign direct investment and the productive capacity of Latin American countries

Inversión extranjera directa y la capacidad productiva de los países Latinoamericanos

DOI: 10.55905/ijsmvtv10n3-016

Originals received: 04/17/2024

Acceptance for publication: 05/07/2024

Larissa Cristina Ribeiro e Souza

Mestre em Administração

Instituição: Universidade Federal de Lavras (UFLA)

Endereço: Trevo Rotatório Professor Edmir Sá Santos, Lavras - MG, CEP: 37203-202

E-mail: larissacsouza24@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6860-7202>

Fabiane Fidelis Querino

Mestre em Administração

Instituição: Universidade Federal de Lavras (UFLA)

Endereço: Trevo Rotatório Professor Edmir Sá Santos, Lavras - MG, CEP: 37203-202

E-mail: fabianequerino@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6983-4658>

Cristina Lelis Leal Calegario

Doutora em Economia Agrícola e Aplicada

Instituição: Universidade Federal de Lavras (UFLA)

Endereço: Trevo Rotatório Professor Edmir Sá Santos, Lavras - MG, CEP: 37203-202

E-mail: ccalegario@ufla.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2579-8744>

RESUMO

Países emergentes têm como um de seus objetivos principais alcançar maior progresso produtivo industrial que fomente o desenvolvimento institucional e econômico. Em vista disso, este artigo analisa o papel do governo e das entradas de investimento direto estrangeiro (IDE) no desenvolvimento da capacidade produtiva de países latino-americanos. A amostra da pesquisa foi composta por 19 países da América Latina que receberam IDE entre 2000 e 2018. Os resultados, obtidos por meio de uma metodologia quantitativa, apontaram um efeito positivo das entradas de IDE e dos gastos do governo na capacidade produtiva dos países da amostra. O efeito moderador dos gastos do governo na relação entre o IDE e a capacidade produtiva não foram confirmadas. Os resultados contribuem para as pesquisas do campo de negócios internacionais ao analisar o IDE em

economias latino-americanas, que ainda são um contexto negligenciado pela literatura. Ademais, demonstra a importância tanto dos fluxos de capital estrangeiro, quanto da intervenção do governo para a evolução da capacidade produtiva de países emergentes, um tema ainda pouco explorado.

Palavras-chave: investimento direto estrangeiro, capacidade produtiva, gastos do governo, América Latina.

ABSTRACT

Emerging countries have as one of their main objectives to achieve greater industrial productive progress that fosters institutional and economic development. In light of this, this article analyzes the role of government and foreign direct investment (FDI) inflows in the development of productive capacity in Latin American countries. The research sample consisted of 19 Latin American countries that received FDI between 2000 and 2018. The results, obtained through a quantitative methodology, pointed to a positive effect of FDI inflows and government spending on the productive capacity of the sample countries. The moderating effect of government spending on the relationship between FDI and productive capacity was not confirmed. The results contribute to research in the field of international business by analyzing FDI in Latin American economies, which are still a neglected context in the literature. Moreover, it demonstrates the importance of both foreign capital flows and government intervention for the evolution of the productive capacity of emerging countries, a topic still underexplored.

Keywords: foreign direct investment, productive capacity, government spending, Latin America.

RESUMEN

Los países emergentes tienen como uno de sus principales objetivos lograr un mayor progreso productivo industrial que fomente el desarrollo institucional y económico. En vista de esto, este artículo analiza el papel del gobierno y de las entradas de inversión extranjera directa (IED) en el desarrollo de la capacidad productiva en los países latinoamericanos. La muestra de investigación estuvo compuesta por 19 países latinoamericanos que recibieron IED entre 2000 y 2018. Los resultados, obtenidos a través de una metodología cuantitativa, señalaron un efecto positivo de las entradas de IED y del gasto público en la capacidad productiva de los países de la muestra. No se confirmó el efecto moderador del gasto público en la relación entre la IED y la capacidad productiva. Los resultados contribuyen a la investigación en el campo de los negocios internacionales al analizar la IED en las economías latinoamericanas, las cuales siguen siendo un contexto descuidado en la literatura. Además, demuestra la importancia tanto de los flujos de capital extranjero como de la intervención gubernamental para la evolución de la capacidad productiva de los países emergentes, un tema aún poco explorado.

Palabras clave: inversión extranjera directa, capacidad productiva, gasto gubernamental, América Latina.

1 INTRODUÇÃO

A transformação estrutural para maior produtividade e desenvolvimento de atividades de valor agregado continua sendo um objetivo fundamental para os países emergentes (Morris; Staritz, 2019). Do ponto de vista de um país emergente, os fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) de países mais desenvolvidos podem gerar uma série de benefícios (Hauge, 2019). A atração de IDE, portanto, tornou-se uma parte central do desenvolvimento econômico e das estratégias de industrialização nos países em desenvolvimento (Owusu-Nantwi; Erickson, 2019; Hauge, 2019). Em consequência, a disputa entre países emergentes para a atração de IDE tem se acirrado nos últimos anos (Williams, 2015; Abdouli; Hammami, 2017; Bailey; Warby, 2019).

As externalidades positivas associadas ao IDE, no curto prazo, incluem a geração de empregos, aumento das receitas fiscais e cambiais, a integração dos países hospedeiros na economia mundial e pode, também, impactar o desenvolvimento da infraestrutura e no ambiente de negócios (Hansen; Rand, 2006; Beugelsdijk et al., 2008; Williams, 2015). Também há externalidades do IDE de natureza mais duradoura, que contribuem para o desenvolvimento das capacidades produtivas e industrialização da economia hospedeira. Isso acontece especialmente por meio de transferência de tecnologia, vínculos com a economia local, pressões competitivas sobre as empresas nacionais e desenvolvimento do capital humano (Abdouli; Hammami, 2016). No entanto, os benefícios de longo prazo são mais difíceis de serem alcançados, de forma que alguns autores argumentam que tudo se resume ao papel da política industrial e ao grau de atividade do Estado na utilização de investimentos estrangeiros para o desenvolvimento das capacidades produtivas domésticas (Hauge, 2019).

Dessa forma, os governos de países emergentes têm utilizado diferentes estratégias para atrair IDE (Bailey; Warby, 2019). Essas estratégias incluem, dentre outras, o estabelecimento de tratados internacionais (Busse et al., 2010; Frenkel; Walter, 2018), a concessão de subsídios, e a busca pelo aprimoramento do ambiente institucional, por meio da implementação de leis e regulamentações mais rígidas, e do ambiente industrial, por meio de investimentos em infraestrutura (Bailey; Warby, 2019). Consequentemente, vários estudos têm buscado compreender se os fluxos de IDE de fato

impactam positivamente as economias hospedeiras.

Muitos estudos concentram-se em como as empresas multinacionais (EMNs), por meio de transbordamentos de produtividade e tecnologia, podem promover crescimento econômico no país hospedeiro. Asongu et al. (2018) destacam que os governos hospedeiros precisam investir no desenvolvimento de capital humano para garantir que as tecnologias, frutos de transbordamentos de IDE, possam ser absorvidas, para então garantir crescimento econômico de longo prazo. Owusu-Nantwi e Erickson (2019) apontam a existência de uma relação positiva entre as entradas de IDE e o crescimento econômico de países da América do Sul. Esses autores salientam que os países da América do Sul, visando impulsionar seu desenvolvimento econômico, devem adotar políticas que aumentem os fluxos de IDE para essa região.

Apesar do número considerável de pesquisas, a maioria dos estudos empíricos tem enfocado o impacto das entradas de IDE no crescimento econômico de economias emergentes, sendo o produto interno bruto (PIB) o indicador de crescimento econômico normalmente utilizado. Entretanto, um indicador mais abrangente é o índice de capacidade produtiva. As capacidades produtivas podem ser definidas como recursos produtivos, capacidades empresariais e vínculos de produção que, juntos, determinam a capacidade de um país de produzir bens e serviços e permitem que ele cresça e se desenvolva (Unctad, 2021).

Portanto, este artigo tem como objetivo analisar a relação entre as entradas de IDE na capacidade produtiva de países emergentes, e como os investimentos do governo podem moderar essa relação. O contexto de investigação compreende 19 países latino-americanos. A América Latina sendo um importante destino de IDE no mundo, mostra-se um contexto relevante para essa análise. Segundo dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), no ano 2000, a América Latina recebia em torno de 4 % do fluxo mundial de IDE passando para 7% em 2019. Ademais, a América Latina como um todo tem passado por transformações estruturais e institucionais profundas no decorrer dos últimos anos (Trevino et al., 2008), de forma que se mostra interessante analisar os possíveis fatores que impulsionaram tais mudanças.

Este artigo está dividido em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. A seção seguinte apresenta o referencial teórico e a formulação de hipóteses de pesquisa

sobre capacidades produtivas, IDE e gastos do governo. Na terceira seção, são indicados os procedimentos metodológicos. Na quarta seção, os resultados são apresentados e discutidos. O artigo conclui com a apresentação das principais conclusões, contribuições e limitações do estudo, na quinta seção.

2 REVISÃO DE LITERATURA E HIPÓTESES

As capacidades produtivas são definidas de forma ampla como o potencial de recursos naturais, a acumulação de capital humano e as instituições que facilitam o crescimento econômico inclusivo e sustentável, sendo que esse processo também abrange o cultivo de habilidades empreendedoras modernas e o incentivo à inovação (Shiferaw, 2017). Em vários países asiáticos em processo de industrialização, o IDE não apenas desempenhou um papel importante no surgimento das indústrias de exportação, mas também impulsiona a transferência de tecnologia entre empresas estrangeiras e locais, que leva à uma expansão de capacidades produtivas, que são cumulativas (Whitfield et al., 2020).

2.1 INFLUÊNCIA DO IDE NA CAPACIDADE PRODUTIVA

Considerando que as instituições são indicadores da capacidade produtiva, alguns estudos apontam a existência de uma correlação significativa e positiva entre IDE e o desenvolvimento institucional. Dang (2013), por exemplo, encontrou evidências de que as variações nas instituições econômicas entre províncias do Vietnã estão associadas ao fluxo de IDE. De forma que quanto maior as entradas de IDE em determinada província, melhores as instituições locais. Long et al., (2015) demonstraram que a presença de IDE na China está positivamente relacionada ao aumento da qualidade institucional. Para avaliação do ambiente institucional, os autores consideraram o nível da carga tributária e a qualidade do sistema judicial. Os resultados da pesquisa denotaram que as firmas de origem chinesa localizadas em regiões com um nível mais alto de IDE tendem a desfrutar de um nível mais baixo de encargos tributários e de taxas, e menos arbitrariedade em tais encargos, além de maior proteção legal. Fon et al. (2021), analisando países africanos,

apontaram que os fluxos agregados de IDE oriundos de economias desenvolvidas e em desenvolvimento têm um efeito positivo significativo na qualidade institucional dos países hospedeiros localizados nesse continente.

Com relação ao capital humano, alguns estudos também apontam a existência de uma relação positiva com as entradas de IDE. Mohanty e Sethi (2019) mostram que o IDE externo tem um impacto positivo no capital humano no curto prazo nos países que compõem os BRICS. Já Blomström e Kokko (2003) apontam que os influxos de IDE criam um potencial de transbordamento de conhecimento para a força de trabalho local, ao mesmo tempo que o nível de capital humano do país hospedeiro determina quanto IDE pode atrair e se as empresas locais são capazes de absorver os benefícios potenciais de transbordamento. Consequentemente, é possível que as economias hospedeiras com níveis relativamente altos de capital humano possam atrair EMNs estrangeiras intensivas em tecnologia que contribuam significativamente para o desenvolvimento da força de trabalho.

Segundo Wall et al. (2019) os IDE em energias renováveis têm aumentado nos últimos anos, contribuindo para a difusão das energias renováveis em todo o mundo, de forma que é improvável que o crescimento necessário na capacidade renovável possa ser alcançado sem a influência catalítica do IDE, particularmente em países emergentes e em desenvolvimento. Abdouli e Omri (2020) sugerem que os governos devem aplicar uma regulamentação ambiental estrita para atrair mais fluxos de IDE e encorajar as empresas a adotar tecnologias ambientalmente amigáveis não apenas para aumentar a produção doméstica, mas também para reduzir as emissões de CO₂. Logo, as entradas de IDE estão relacionadas à disponibilidade, sustentabilidade e eficiência das fontes de energia. Com base nesses achados da literatura relativos a instituições, capital humano e energia, que compõem o índice de capacidade produtiva dos países, propõe-se que:

Hipótese 1: As entradas de IDE influenciam positivamente a capacidade produtiva dos países latino-americanos.

2.2 INFLUÊNCIA DO GOVERNO NA CAPACIDADE PRODUTIVA E NOS FLUXOS DE ENTRADA DE IDE

Os gastos do governo são vistos como uma forma ideal de medir a participação do governo na economia (Amusa; Oyinlola, 2019). Wahab (2004), analisando países da OCDE, encontrou evidências de uma relação positiva entre os gastos do governo e o crescimento econômico. O autor aponta essencialmente que, quando a economia cresce no mesmo ritmo ou acima da tendência de crescimento, os gastos do governo tendem a aumentar de forma inelástica. No entanto, quando o crescimento econômico desacelera abaixo do crescimento da tendência, o crescimento dos gastos do governo diminui mais do que proporcionalmente com uma economia em desaceleração. De forma semelhante, Dudzevičiūtė et al. (2018) também encontraram uma relação positiva entre os gastos do governo e o crescimento econômico em países europeus.

Em se tratando de países emergentes, Wu et al. (2017) demonstraram que aumentar as proporções dos gastos do governo poderia melhorar a produtividade total dos fatores na China. No contexto indiano, segundo Seshaiyah, Reddy e Sarma (2018), os gastos do governo estão desempenhando um papel importante no desenvolvimento econômico desse país. Já os resultados do estudo de Amusa e Oyinlola (2019) sugerem que o gasto público total do governo da Botsuana tem um impacto negativo sobre o crescimento econômico no curto prazo; no entanto, esse impacto torna-se positivo no longo prazo. De forma geral, políticas industriais e os gastos do governo, de forma mais geral, têm historicamente um papel importante no apoio a processos de transformação estrutural e maior produtividade de países emergentes (Morris; Staritz, 2019). Portanto, propõe-se que:

Hipótese 2a: Os gastos do governo influenciam positivamente a capacidade produtiva dos países latino-americanos.

Alguns estudos argumentam que os governos de países emergentes podem aumentar sua atratividade para o IDE adotando políticas que aumentem o nível de habilidades locais e desenvolvam capacidades de recursos humanos (Noorbakhsh et al., 2001). Du, Harrison e Jefferson (2014) verificaram que a política industrial – especificamente a liberalização tarifária e os subsídios fiscais – afeta positivamente a

magnitude e a direção dos transbordamentos a montante de IDE no setor manufatureiro na China. Le e Suruga (2005), analisando o efeito dos gastos do governo e do IDE no crescimento econômico, encontraram um efeito positivo do IDE na presença de investimento público sobre o crescimento econômico.

Hauge (2019) aponta que a política industrial orientada para o IDE na Etiópia tem trazido benefícios econômicos de curto prazo e está se mostrando promissora para uma maior industrialização. Ao mesmo tempo, segundo o autor, esse país poderia se beneficiar ao tirar mais lições da perspectiva de desenvolvimento econômico de longo prazo que caracterizou a abordagem da Coreia do Sul e de Taiwan em relação ao IDE. Essa perspectiva de longo prazo inclui estratégias proativas para transferir tecnologia de empresas estrangeiras para a economia doméstica e a criação de vínculos retroativos entre empresas estrangeiras e domésticas. De acordo com Landesmann e Stöckinger (2019) as experiências das economias da Europa Central e Oriental, e de algumas economias do Leste Asiático mostram que as ligações promovidas pelo IDE com redes de produção globais podem ter um impacto muito positivo, e podem até ser essenciais, para a industrialização das economias, e para uma maior atualização das capacidades industriais.

Visto que a atratividade dos países hospedeiros é de grande importância para as EMNs, na escolha do país de destino de seus investimentos (Bailey; Warby, 2019); e dado que as políticas e gastos do governo contribuem positivamente para os ingressos de IDE no longo prazo (Othman et al., 2018); acredita-se que o efeito positivo das entradas de IDE na capacidade produtiva serão mais fortes diante dos dispêndios governamentais na efetivação de políticas de incentivo tanto ao IDE, quanto ao desenvolvimento industrial (Hauge, 2019). Portanto, propõe-se que:

Hipótese 2b: Os gastos do governo aumentam a influência dos IDE na capacidade produtiva dos países latino-americanos, de forma que os efeitos positivos do IDE na capacidade produtiva serão intensificados pelos gastos do governo.

3 METODOLOGIA

A amostra de pesquisa é composta por 19 países da América Latina que receberam influxos de IDE: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica,

Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. A amostra contempla os países que receberam influxos de IDE no período de 2000 a 2018, segundo dados oficiais do *World Bank World Development Indicators*. O período de análise foi determinado pela disponibilidade de dados referentes à capacidade produtiva, disponibilizados pela UNCTAD (2021).

A variável dependente é a capacidade produtiva do país hospedeiro, dada pelo índice de capacidade produtiva (ICP), que é composto por indicadores desenvolvidos pela UNCTAD (2021). A pontuação geral do IPC é a média geométrica dos valores de oito categorias: capital natural, capital humano, energia, transporte, tecnologia da informação e comunicação, instituições, mudança estrutural e setor privado.

O **capital natural** estima a disponibilidade de recursos extrativos e agrícolas, incluindo rendas geradas a partir da extração de um determinado recurso natural, menos o custo de extração do recurso. O **capital humano** captura a educação, as habilidades e as condições de saúde possuídas pela população, e a integração geral de pesquisa, por meio do número de pesquisadores e gastos com atividades de pesquisa. A **energia** é composta pelo uso e acesso à energia, perdas na distribuição e componentes e fontes de energia renováveis. O **transporte** mede a capacidade de um sistema de levar pessoas ou mercadorias de um lugar para outro. É definida como a capilaridade da malha rodoviária e ferroviária e a conectividade aérea. A **tecnologia da informação e comunicação** estima a acessibilidade e integração dos sistemas de comunicação na população, incluindo número de usuários, acessibilidade à Internet e segurança de servidor. As **instituições** têm como objetivo medir a estabilidade e eficiência política por meio da qualidade regulatória, eficácia, sucesso no combate à criminalidade, corrupção e terrorismo, e salvaguarda da liberdade de expressão e associação dos cidadãos. O **setor privado** é definido pela facilidade do comércio internacional, que inclui tempo e custos monetários para exportar e importar, e o apoio aos negócios em termos de crédito interno, velocidade de cumprimento de contratos. A **mudança estrutural** é capturada pela sofisticação e variedade das exportações, pela intensidade do capital fixo e pela participação da indústria e dos serviços no PIB total.

As variáveis independentes empregadas foram o IDE e os gastos do governo. Os

dados relativos tanto aos fluxos de IDE quando aos gastos do governo foram coletados do *World Bank World Development Indicators* (WDI). Os gastos do governo são pagamentos em dinheiro para atividades operacionais do governo no fornecimento de bens e serviços. Esses gastos incluem a remuneração dos empregados, juros e subsídios, subvenções, benefícios sociais e outras despesas como rendas e dividendos (Unctad, 2021). Com base na literatura anterior e evidências empíricas (Ferreira & Falcão, 2019), três variáveis de controle em nível de país foram incluídas: taxa de câmbio, taxa de inflação, e comércio internacional, com dados coletados da UNCTAD. A Tabela 1 resume as variáveis utilizadas, apresentando suas respectivas descrições e fontes de coleta.

Tabela 1. Descrição das variáveis

Variáveis		Descrição	Fonte
Variável Dependente	Índice de Capacidade Produtiva (ICP)	Capacidade dos países de alcançar a transformação social e econômica	UNCTAD
Variáveis Independentes	Investimento Direto Estrangeiro (IDE)	Logaritmo das entradas líquidas (em milhões de US\$) de investimento feito por investidores não residentes na economia receptora	WDI
	Gastos do Governo (GOV)	Pagamentos em dinheiro (em porcentagem do produto interno bruto) para atividades operacionais do governo no fornecimento de bens e serviços	WDI
Variáveis de Controle	Comércio Internacional (COM)	Diferença entre as exportações e importações expressa como porcentagem do produto interno bruto nominal	UNCTAD
	Inflação (INF)	Média ponderada dos preços de uma cesta de bens de consumo e serviços, adquiridas por um consumidor	UNCTAD
	Taxa de Câmbio (TXC)	Indicador para compreender a competitividade internacional do país em termos de suas taxas de câmbio, que não podem ser entendidas examinando apenas as taxas de câmbio individuais entre a moeda do país e outras moedas	UNCTAD

Fonte: as autoras.

O modelo de estimativa econométrico aplicado é representado na Equação 1.

$$ICP_{ijt} = \alpha + \beta_1 IDE_{it} + \beta_2 GOV_{it} + \beta_3 IDE_{it} * GOV_{it} + \mu' X_{it} + \varepsilon_i \quad (1)$$

Onde i e t referem-se ao país e ano de observação, respectivamente. ICP_{it} é o índice de capacidade produtiva do país i no tempo t . IDE_{it} é a entrada de IDE no país i no tempo t . GOV_{it} são os gastos do governo do país i no tempo t . $IDE_{it} * GOV_{it}$ é a moderação entre o influxo de IDE e os gastos do governo do país i no tempo t . X_{it} são as variáveis de controle. ε_{it} é o termo de erro.

Os dados coletados foram agrupados em uma estrutura de dados em painel. Dados em painel podem ser analisados por dois modelos básicos: efeitos fixos (FE) ou efeitos aleatórios (RE). A escolha foi feita por meio do Teste de Hausman, que é usado para determinar o melhor estimador, FE ou RE, que indicou a melhor adequação ao estimador FE. Para controlar eventuais problemas de heterocedasticidade, as estimativas foram realizadas com erro padrão robusto. As análises foram realizadas no software estatístico *Stata*.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas. Na Tabela 3 é apresentado um teste de correlação, os resultados mostram que as correlações entre as variáveis não são altas, descartando problemas de multicolinearidade. Os valores de inflação da variância (VIF) também sugeriram não haver problemas de multicolinearidade, uma vez que todas as variáveis apresentaram valores inferiores a 4, bem abaixo de 10, o nível aceitável (Franke, 2010). A Tabela 4 apresenta os resultados dos modelos de regressão que testaram as hipóteses. O modelo 1 inclui as variáveis de controle. Os modelos 2 e 3 testam separadamente as variáveis independentes. O modelo 4 testa a moderação.

O modelo 2 testa a existência de um efeito positivo do IDE sobre a capacidade produtiva. O coeficiente positivo e significativo dá suporte para a hipótese 1, de modo que o IDE está positivamente relacionado à capacidade produtiva dos países hospedeiros. Esse resultado pode ser evidência da importância das entradas de IDE para a ocorrência de mudanças estruturais em países emergentes. Uma das formas pela qual essas mudanças podem intercorrer é pela atuação ativa das EMNs. De forma que, EMNs podem simplesmente adotar uma postura reativa e buscar se adaptar ao contexto institucional, econômico e tecnológico dos países hospedeiros, ou adotar uma postura proativa – e mais

rentável para elas mesmas – buscando mudar o ambiente na qual estão inseridas (Doh et al., 2017). Além disso, as EMNs podem ser responsáveis por transbordamentos de produtividade que afetam positivamente os países hospedeiros. Tais transbordamentos podendo ocorrer vertical ou horizontalmente para as empresas que atuam como fornecedoras ou se tornam clientes das EMNs, ou ainda pelo estímulo à competitividade que impulsiona empresas locais a se tornarem mais eficientes e inovadoras para se manter no mercado (Crescenzi et al., 2015; Kim et al., 2015; Bruno; Cipollina, 2017; Huynh et al., 2019). Outra maneira seria por meio dos governos dos países hospedeiros que busquem aprimorar o ambiente institucional por meio de leis e regulamentações, que tornem seus países mais atrativos para que EMNs realizem e mantenham seus IDE (Bailey; Warby, 2019).

Tabela 2. Estatísticas descritivas.

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
ICP	248	29,76137	3,396628	23,26683	36,60866
IDE	248	19,81405	2,359913	12,44121	24,08358
GOV	175	21,61292	6,18079	10,71209	38,42521
COM	248	60072,72	92949	1470,02	479849,3
INF	248	273,9192	4150,734	-1,062976	65374,08
TXC	235	115,3896	27,37604	70,05978	358,0627

Fonte: as autoras.

Tabela 3. Matriz de correlações.

	1	2	3	4	5	6
1 ICP	1,0	0,451***	0,414***	0,219***	-0,079	0,107*
2 IDE		1,0	0,295***	0,593***	0,013	0,181**
3 GOV			1,0	0,227**	0,029	0,345***
4 COM				1,0	-0,017	0,004
5 INF					1,0	0,587***
6 TXC						1,0

Fonte: as autoras.

O modelo 3, que testou o efeito dos gastos do governo na capacidade produtiva, apresenta um coeficiente positivo e significativo, dando suporte para a hipótese 2a. Logo, confirma-se que os gastos do governo tendem a influenciar positivamente a capacidade produtiva dos países latino-americanos analisados. Isso é um indício da relevância do papel do governo e seus respectivos investimentos para a evolução institucional, tecnológica e estrutural de países emergentes. Por conseguinte, pertinente que o governo

continue a investir em serviços públicos produtivos, como educação e saúde, pesquisa e desenvolvimento, tanto no setor público como privado (Agbola, 2013). Dentro dessa perspectiva, argumenta-se que os gastos do governo se expandir em resposta a contrações econômicas – conjuntura recorrente em países emergentes – de modo que os gastos do governo atuem como um estímulo à economia (Wahab, 2004).

Tabela 4. Resultados de regressão.

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
IDE		0,583***		0,537
GOV			0,350***	0,579*
IDE*GOV				-0,013
COM	0,002***	0,001***	0,002*	0,002*
INF	-0,010	-0,006	-0,034*	-0,027
TXC	0,031**	0,0199**	0,023*	0,019*
Constante	24,934***	14,886***	18,768***	9,498
R ²	0,081	0,161	0,173	0,222

Legenda: *p<0,10; **p<0,05; ***<0,01

Fonte: as autoras.

O modelo 4 testou o efeito moderador dos gastos do governo na relação entre as entradas de IDE e a capacidade produtiva dos países. O coeficiente não é significativo, portanto, não é possível confirmar o efeito moderador. Dessa forma, a hipótese 2b é rejeitada. Esse resultado possivelmente justifica-se pelo fato de não terem sido considerados os gastos do governo voltados exclusivamente para a promoção do IDE, como por exemplo, a concessão de subsídios. Ademais, a influência do IDE e dos gastos do governo sobre a capacidade produtiva podem não ser necessariamente complementares. Isto é, o efeito do IDE e dos gastos do governo podem ser mais fortes em fatores que compõem a capacidade produtiva diferentes. Outra possível justificativa é que os gastos do governo não tenham efeito na atração do IDE no conjunto de países pesquisados. Sem embargo, é necessário analisar essa questão empiricamente para compreender de fato os fatores motivadores do IDE na amostra analisada em específico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo investigar a existência de uma relação entre as entradas de IDE, os gastos do governo e a capacidade produtiva de países emergentes.

Para tanto, foram analisados países latino-americanos, que se mostram pertinentes dado ao pequeno número de pesquisas produzidas nesse contexto, uma vez que a maioria dos estudos se concentram no contexto do Sul e Sudeste Asiático. Apesar disso, a América Latina se mostra de suma importância para análises do campo de negócios internacionais, sendo um relevante destino de IDE. Ademais, as particularidades na conjuntura histórica, política e econômica dos países latino-americanos – tendo passado por profundas transformações estruturais no decorrer das últimas décadas (Trevino et al., 2008) – podem produzir notáveis resultados e contribuições teóricas (Cuervo-Cazurra; Dau, 2009).

A análise empírica indicou a existência de uma relação positiva e significativa entre o IDE e a capacidade produtiva, e entre os gastos do governo e a capacidade produtiva; mas falhou em encontrar evidências de um efeito moderador dos gastos do governo na relação entre o IDE e a capacidade produtiva. Esta pesquisa contribui para a literatura ao demonstrar a importância tanto dos fluxos de capital estrangeiro, quanto da intervenção do governo para a evolução da capacidade produtiva de países emergentes, sendo que a capacidade produtiva constitui um tema ainda pouco estudado.

Os efeitos positivos do IDE há muitos anos são discutidos pela literatura. No entanto, devido à abrangência do índice de capacidade produtiva para outros fatores além do econômico, este estudo se mostra relevante ao analisar essa nova variável. Os resultados aqui apresentados podem ser úteis para os formuladores de políticas, de forma que o governo pode empregar os gastos como fator de estímulo à capacidade produtiva. Sobretudo, os governos devem garantir que os recursos sejam administrados adequadamente e alocados de forma eficiente para incentivar mudanças estruturais que impulsionem a capacidade produtiva, levando ao desenvolvimento institucional e econômico (Dudzevičiūtė et al., 2018).

Como apontado, não foi possível confirmar o efeito moderador dos gastos do governo na relação entre os influxos de IDE e a capacidade produtiva. Entretanto, acredita-se que, se analisados os gastos específicos do governo para o estímulo do ingresso de capital estrangeiro nos países da amostra um resultado diferente poderia ser obtido. À vista disso, essa constitui uma limitação deste estudo. Assim sendo, recomenda-se que essa análise seja realizada em estudos futuros. Outra limitação é a análise dos dados agregados dos países, sendo que idealmente seria recomendado analisar dados individuais

de EMNs estrangeiras atuando na América Latina, visando capturar de forma mais direta sua influência nos países hospedeiros.

Por fim, destaca-se o papel do Estado na capacidade produtiva dos países emergentes. Aiginger e Rodrik (2020) enfatizam que é improvável que a política industrial do futuro se pareça com a concepção tradicionalmente aplicada nos países desenvolvidos: formulação de políticas de cima para baixo, visando setores pré-selecionados e empregando uma lista padrão de subsídios e incentivos. Para os autores, a concepção e prática contemporâneas da política industrial são mais sobre o estabelecimento de uma colaboração sustentada entre os setores público e privado em torno de questões de produtividade e objetivos sociais. Esse tipo de diálogo tem como objetivo principal a promoção de um ambiente institucional apropriado. Nas economias emergentes, apontam os autores, a questão é se a política industrial deve copiar as economias líderes ou, em vez disso, procurar abordagens mais adequadas aos estágios de desenvolvimento dos próprios países, bem como focar em novas prioridades, como apoio a grupos vulneráveis, igualdade de gênero, uso reduzido de energia fóssil ou o desenvolvimento de tecnologias verdes para novos tipos de agricultura, habitação e transporte (Aiginger; Rodrik, 2020). Logo, espera-se que pesquisas futuras busquem analisar teórica e empiricamente tais questões.

REFERÊNCIAS

ABDOULI, M.; HAMMAMI, S. Investigating the causality links between environmental quality, foreign direct investment and economic growth in MENA countries. **International Business Review**, v. 26, n. 2, p. 264–278, abr. 2017.

ABDOULI, M.; OMRI, A. Exploring the Nexus Among FDI Inflows, Environmental Quality, Human Capital, and Economic Growth in the Mediterranean Region. **Journal of the Knowledge Economy**, 16 fev. 2020.

AGBOLA, F. W. Does human capital constrain the impact of foreign direct investment and remittances on economic growth in Ghana? **Applied Economics**, v. 45, n. 19, p. 2853–2862, jul. 2013.

AIGINGER, K.; RODRIK, D. Rebirth of Industrial Policy and an Agenda for the Twenty-First Century. **Journal of Industry, Competition and Trade**, v. 20, 6 jan. 2020.

AMUSA, K.; OYINLOLA, M. A. The effectiveness of government expenditure on economic growth in Botswana. **African Journal of Economic and Management Studies**, v. 10, n. 3, p. 368–384, 2 set. 2019.

ASONGU, S.; AKPAN, U. S.; ISIHAK, S. R. Determinants of foreign direct investment in fast-growing economies: evidence from the BRICS and MINT countries. **Financial Innovation**, v. 4, n. 1, 29 out. 2018.

BAILEY, N.; WARBY, B. Explaining the competition for FDI: Evidence from Costa Rica and cross-national industry-level FDI data. **Research in International Business and Finance**, v. 47, p. 67–77, jan. 2019.

BEUGELSDIJK, S.; SMEETS, R.; ZWINKELS, R. The impact of horizontal and vertical FDI on host's country economic growth. **International Business Review**, v. 17, n. 4, p. 452–472, ago. 2008.

BLOMSTROM, M.; KOKKO, A. Human capital and inward FDI. **Available at SSRN 387900**, 2003.

BRUNO, R. L.; CIPOLLINA, M. A meta-analysis of the indirect impact of foreign direct investment in old and new EU member states: Understanding productivity spillovers. **The World Economy**, v. 41, n. 5, p. 1342–1377, 7 dez. 2017.

BUSSE, M.; KÖNIGER, J.; NUNNENKAMP, P. FDI promotion through bilateral investment treaties: more than a bit? **Review of World Economics**, v. 146, n. 1, p. 147–177, 2 fev. 2010.

CRESCENZI, R.; GAGLIARDI, L.; IAMMARINO, S. Foreign multinationals and domestic innovation: Intra-industry effects and firm heterogeneity. **Research Policy**, v. 44, n. 3, p. 596–609, abr. 2015.

CUERVO-CAZURRA, A.; DAU, L. A. Promarket Reforms and Firm profitability in Developing Countries. **Academy of Management Journal**, v. 52, n. 6, p. 1348–1368, dez. 2009.

DANG, D. A. How foreign direct investment promote institutional quality: Evidence from Vietnam. **Journal of Comparative Economics**, v. 41, n. 4, p. 1054–1072, nov. 2013.

DOH, J. et al. International business responses to institutional voids. **Journal of International Business Studies**, v. 48, n. 3, p. 293–307, abr. 2017.

DU, L.; HARRISON, A.; JEFFERSON, G. FDI Spillovers and Industrial Policy: The Role of Tariffs and Tax Holidays. **World Development**, v. 64, p. 366–383, dez. 2014.

DUDZEVIČIŪTĖ, Gitana; ŠIMELYTĖ, Agnė; LIUČVAITIENĖ, Aušra. Government expenditure and economic growth in the European Union countries. **International Journal of Social Economics**, v. 45, n. 2, p. 372–386, 2018.

FRANKE, George R. Multicollinearity. **Wiley international encyclopedia of marketing**, 2010.

FRENKEL, M.; WALTER, B. Do bilateral investment treaties attract foreign direct investment? The role of international dispute settlement provisions. **The World Economy**, 2 dez. 2018.

FON, R. M. et al. Does foreign direct investment promote institutional development in Africa? **International Business Review**, v. 30, n. 4, p. 101835, mar. 2021.

HANSEN, H.; RAND, J. On the Causal Links Between FDI and Growth in Developing Countries. **The World Economy**, v. 29, n. 1, p. 21–41, jan. 2006.

HAUGE, J. Should the African lion learn from the Asian tigers? A comparative-historical study of FDI-oriented industrial policy in Ethiopia, South Korea and Taiwan. **Third World Quarterly**, v. 40, n. 11, p. 2071–2091, 1 jul. 2019.

HUYNH, H. T. N. et al. Productivity Spillover from FDI to Domestic Firms across Six Regions in Vietnam. **Emerging Markets Finance and Trade**, v. 57, n. 1, p. 59–75, 21 jan. 2019.

KIM, H.-H.; LEE, H.; LEE, J. Technology diffusion and host-country productivity in South-South FDI flows. **Japan and the World Economy**, v. 33, p. 1–10, fev. 2015.

LANDESMANN, M. A.; STÖLLINGER, R. Structural change, trade and global production networks: An “appropriate industrial policy” for peripheral and catching-up economies. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 48, p. 7–23, mar. 2019.

LE, M.; SURUGA, T. Foreign direct investment, public expenditure and economic growth: the empirical evidence for the period 1970–2001. **Applied Economics Letters**, v. 12, n. 1, p. 45–49, 15 jan. 2005.

LONG, C.; YANG, J.; ZHANG, J. Institutional Impact of Foreign Direct Investment in China. **World Development**, v. 66, p. 31–48, fev. 2015.

MOHANTY, S.; SETHI, N. Outward FDI, human capital and economic growth in BRICS countries: an empirical insight. **Transnational Corporations Review**, v. 11, n. 3, p. 235–249, 3 jul. 2019.

MORRIS, Mike; STARITZ, Cornelia. Industrialization paths and industrial policy for developing countries in global value chains. In: **Handbook on global value chains**. Edward Elgar Publishing, 2019. p. 506–520.

NOORBAKHS, F.; PALONI, A.; YOUSSEF, A. Human Capital and FDI Inflows to Developing Countries: New Empirical Evidence. **World Development**, v. 29, n. 9, p. 1593–1610, set. 2001.

OTHMAN, Norashida et al. Impact of government spending on FDI inflows: The case of ASEAN-5, China and India. **International Journal of Business and Society**, v. 19, n. 2, p. 1–6, 2018.

OWUSU-NANTWI, V.; ERICKSON, C. Foreign direct investment and economic growth in South America. **Journal of Economic Studies**, v. 46, n. 2, p. 383–398, 4 mar. 2019.

SHIFERAW, Admasu et al. Productive capacity and economic growth in Ethiopia. **United Nations, Department of Economics and Social Affairs**, 2017.

SESHAIAH, S.; REDDY, T.; SARMA, I. General Government Expenditure and Economic Growth in India: 1980–81 to 2015–16. **Theoretical Economics Letters**, v. 8, p. 728–740, 2018.

TREVINO, L. J.; THOMAS, D. E.; CULLEN, J. The three pillars of institutional theory and FDI in Latin America: An institutionalization process. **International Business Review**, v. 17, n. 1, p. 118–133, fev. 2008.

UNCTAD. **Trade and Development Report 2021**. Disponível em: <<https://unctad.org/publication/trade-and-development-report-2021>>.

WAHAB, M. Economic growth and government expenditure: evidence from a new test specification. **Applied Economics**, v. 36, n. 19, p. 2125–2135, 20 out. 2004.

WALL, R. et al. Which policy instruments attract foreign direct investments in renewable energy? **Climate Policy**, v. 19, n. 1, p. 59–72, 27 maio 2018.

WHITFIELD, L.; STARITZ, C.; MORRIS, M. Global Value Chains, Industrial Policy and Economic Upgrading in Ethiopia's Apparel Sector. **Development and Change**, 21 jun. 2020.

WILLIAMS, Kevin. Foreign direct investment in Latin America and the Caribbean: An empirical analysis. **Latin American journal of economics**, v. 52, n. 1, p. 57-77, 2015.

WU, S. et al. Government expenditure, corruption and total factor productivity. **Journal of Cleaner Production**, v. 168, p. 279–289, dez. 2017.